

## **TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS**

**LEI DAS ESTATAIS - FORMA ELETRÔNICA  
REGIME DE EXECUÇÃO SEMI INTEGRADA  
VALOR ESTIMADO PÚBLICO  
MENOR PREÇO**

**CONTRATAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO, OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA  
PARA A EXECUÇÃO DOS DRENOS DA MACRODRENAGEM DO PPI PONTAL,  
LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE PETROLINA, NO ESTADO DE PERNAMBUCO,  
DENTRO DA ÁREA DE ATUAÇÃO DA 3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA  
CODEVASF.**

**Março/2023**

**SUMÁRIO**

1	OBJETO DA CONTRATAÇÃO .....	3
2	TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES .....	3
3	REGIME DE EXECUÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO .....	5
4	LOCALIZAÇÃO DO OBJETO .....	5
5	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS .....	5
6	CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO .....	8
7	PROPOSTA .....	9
8	DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO .....	12
9	ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	14
10	PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA .....	15
11	FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO .....	15
12	REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS .....	16
13	FISCALIZAÇÃO .....	17
14	RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS .....	20
15	SEGURANÇA E MEDICINA NO TRABALHO .....	21
16	CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL .....	21
17	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA .....	25
18	OBRIGAÇÕES DA CODEVASF .....	30
19	CONDIÇÕES GERAIS .....	31
20	ANEXOS .....	31

## **1 OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

O objeto desta licitação é a contratação de projeto executivo, obras e serviços de engenharia para a construção dos drenos da macrodrenagem do PPI Pontal, localizado no município de Petrolina, no Estado de Pernambuco, dentro da área de atuação da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF.

## **2 TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES**

Neste Termo de Referência ou em quaisquer outros documentos relacionados com o objeto da contratação acima solicitado, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

**CANTEIRO DE OBRAS** – Local onde serão implantadas as estruturas fixas e/ou móveis do empreiteiro, com vistas a apoiar suas atividades de execução das obras. Nestas estruturas estarão incluídas as instalações para as equipes de apoio e eventualmente do pessoal de acompanhamento e controle da CODEVASF.

**CODEVASF** – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília/DF.

**COMO CONSTRUÍDO (AS BUILT)** – É a definição qualitativa e quantitativa de todos os serviços executados, resultante do Projeto Executivo com as alterações e modificações ocorridas durante a execução da obra, como desenhos, listas, planilhas, etc.

**CONCORRENTE LICITANTE** – Empresa de engenharia interessada na execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

**CONTRATADA** – Empresa vencedora do certame, contratada para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

**CONTRATO** – Documento, subscrito pela CODEVASF e pela concorrente vencedora, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços.

**CONSÓRCIO** – Associação de empresas especializadas em uma ou mais atividades relacionadas ao objeto do presente Termo de Referência com o propósito de participar da licitação.

**CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO** – Representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho ou serviço, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

**DOCUMENTOS DE CONTRATO** – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos serviços, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta financeira da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos serviços.

**DIÁRIO DE OBRA** – É uma espécie de memorial da obra, onde serão descritos os acontecimentos mais importantes em um determinado dia: os serviços feitos, os equipamentos utilizados (e por quantas horas), as condições do clima, etc. Caso necessário, também podem ser descritos os problemas na execução de serviços, falhas nos equipamentos, etc.

**ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA** – Documento destinado a estabelecer as características, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, manufaturados, produtos semi-fabricados, elementos de construção, materiais e produtos industriais. Conterá, dentre outros, normas e critérios para execução de um determinado serviço, a descrição do método construtivo, e o controle tecnológico e geométrico.

**FISCALIZAÇÃO** – Equipe da CODEVASF indicada para exercer em sua representação a fiscalização e o acompanhamento do contrato.

**LICITANTE** – Empresa habilitada para apresentar proposta.

**MATRIZ DE RISCOS** – Cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, conforme definições da Lei nº 13.303/2016.

**OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA** – São as atividades relativas à execução das obras civis, de construção, reforma, recuperação ou ampliação do bem imóvel.

**PLANO DE TRABALHO** – Documento que descreve a sequência de fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, mensurando o tempo a ser gasto em cada uma e os recursos materiais e humanos envolvidos.

**PROJETO BÁSICO** – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

- a) Desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;
- b) Soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras e montagem;
- c) Identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- d) Informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para sua execução;
- e) Subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso.

**PROJETO EXECUTIVO** – É o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

**PROPOSTA** – Documento gerado pelo licitante fundamentado no detalhamento estabelecido no Termo de Referência, subsidiado por justificativas metodológicas, bem como dos recursos humanos e materiais, definido e quantificados a critério da concorrente licitante, segundo os quais a mesma se propõe a executar os serviços.

**RELATÓRIO MENSAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS** - Documento a ser emitido pela Contratada, com o resumo da situação física e financeira, contendo: cumprimento da programação, ocorrências, recomendações além de conclusões e projeções a respeito de prazos e custos. Este documento deverá ser apresentado pelo concorrente licitante, que evidencia o resultado parcial da execução dos serviços ou de componentes dos serviços para acompanhamento mensal dos serviços prestados.

**RELATÓRIO FINAL** – Documento elaborado pela contratada, previsto para ser entregue ao término dos trabalhos objeto deste Termo de Referência, no qual é apresentado o relato dos serviços executados.

**REUNIÃO DE PARTIDA** – Reunião com as partes envolvidas, CODEVASF e CONTRATADA, onde se definem todos os detalhes do Plano de Trabalho e dá-se o início da execução das obras.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL** – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da CODEVASF, situada em Petrolina-PE, em cuja jurisdição territorial localizam-se os serviços de engenharia objeto deste Termo de Referência.

**TERMO DE ENCERRAMENTO FÍSICO (TEF)** – Documento que atesta que a construção do empreendimento foi concluída com êxito, seguindo o Projeto Executivo juntamente com seus anexos e as Especificações Técnicas; além de atender as normas e as legislações vigentes.

**TERMO DE REFERÊNCIA** – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar a licitação e subsidiar a elaboração do edital e fornecer informações ao licitante.

### **3 FORMA DE REALIZAÇÃO, MODO DE DISPUTA, REGIME DE EXECUÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.**

**3.1. Forma de Realização: Lei das Estatais – Forma Eletrônica.**

**3.2. Modo de Disputa: Aberto.**

**3.3. Regime de Execução: Semi-Integrada**

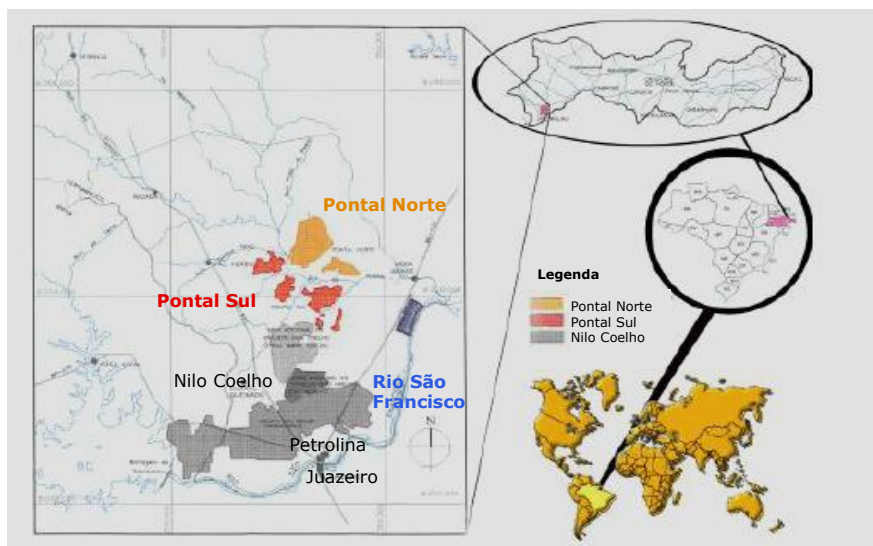
**3.4. Valor estimado: Público.**

**3.5. Critério de Julgamento: Menor Preço.**

## **4 LOCALIZAÇÃO DO OBJETO**

- 4.1 O Projeto Pontal – Área Sul – localiza-se no município de Petrolina, no extremo oeste do Estado de Pernambuco. A área é parte integrante da região denominada depressão do rio São Francisco, caracterizada pelo clima semi-árido e inserida no denominado “polígono das secas”. A área do projeto está compreendida entre as coordenadas 8° 50’ e 9° 02’ de latitude sul e 40° 15’ e 40° 34’ de longitude oeste. O principal pólo de desenvolvimento regional é representado pelos municípios de Petrolina e Juazeiro (este último pertencente ao estado da Bahia), distantes cerca de 40 km do centro geográfico do projeto. As principais rodovias que permitem o acesso à área do empreendimento são: BR-407, que a interliga, no sentido sul, à malha viária de Feira de Santana e Salvador e, no sentido norte, a Picos, Teresina e Fortaleza; e BR-122/428, que a interliga a Juazeiro do Norte, interior do Ceará e Fortaleza. Da BR-407 e

da BR-122 parte estrada pavimentada interligando as duas, dentro do Projeto, junto ao Trecho “B” do Canal Principal de Irrigação. Desta seguem diversas estradas vicinais em terra atendendo várias localidades na área do projeto. Na região de influência do projeto existe uma rede de transporte aéreo, com ligações diárias entre o aeroporto de Petrolina e as cidades de São Paulo, Campinas, Recife e Salvador.



## 5 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1 Para o projeto executivo, obras e serviços de engenharia a serem tratados neste Termo de Referência estão disponibilizados o Projeto Executivo de Irrigação da Área Sul do PPI Pontal, **o projeto básico, com os perfis dos drenos a serem executados, contendo as características hidráulicas e civis** e demais estudos realizados referentes ao Projeto Executivo.
- 5.2 As atividades que compõem a contratação de projeto executivo, obras e serviços de engenharia para a construção dos drenos da macrodrenagem do PPI Pontal, localizado no município de Petrolina, no Estado de Pernambuco, dentro da área de atuação da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF são:
- a) Mobilização e Desmobilização: consiste na mobilização de elementos chave da equipe, que será alocada de maneira a suprir as necessidades dos trabalhos, na quantidade, qualidade e no tempo necessário. Essa atividade também está relacionada com a contratação de componentes físicos – equipamentos, necessários ao início dos trabalhos.
- Contratar a equipe técnica necessária a execução de cada fase do trabalho;
  - Mobilizar e organizar os equipamentos essenciais para a execução de atividades;
  - Organizar os cronogramas de mobilização e desmobilização, promovendo a organização dentro dos canteiros de obras e reduzindo contingentes desnecessários de trabalhadores ociosos dentro das áreas de trabalho.



- b) Administração local: o desenvolvimento da administração local consiste em uma série de atividades, dentre elas, destaca-se:
- Organização de serviços administrativos de apoio nos canteiros de obras – secretaria, serviços gerais, controle de pessoal, almoxarifado, entre outros;
  - Desenvolvimento dos serviços de controle de qualidade, de prazos e de custos (controle tecnológico, programação e controle de andamento das obras);
  - Execução de todos os serviços de supervisão técnica ligados à produção – direção técnica de cada serviço, coordenação de pessoal e distribuição de equipamentos e materiais necessários à execução da obra.
- c) Manutenção de canteiros de obras: para a montagem e posterior manutenção de canteiros de obras serão aplicados a norma da ABNT NBR 1367/1991 – Áreas de vivência em canteiros de obras, e a norma regulamentadora NR-18 cujo título é referente as “Condições de segurança e saúde no trabalho na indústria da construção” deverão ser utilizadas como base para o desenvolvimento desta atividade. As tarefas que compõem esse item são:
- Manutenção da organização dos canteiros de obras, com o cumprimento de prazos para a verificação e troca de equipamentos e ferramentas;
  - Realização da manutenção preventiva, com a utilização de tecnologias que auxiliam na melhoria da segurança e da qualidade do produto final;
  - Adequar o layout dos canteiros de obras a cada fase, atendendo as necessidades;
  - Manter no ambiente da obra um local seguro, ágil e que contenha áreas operacionais e de vivência indispensáveis a boa qualidade do trabalho dos funcionários e/ou visitantes.
- d) Detalhamentos construtivos: verificar as dimensões, cotas e detalhes previstos no projeto básico - os perfis disponibilizados pela Codevasf.
- e) Aprovar e analisar os detalhamentos construtivos a serem elaborados para atender as necessidades do Projeto Executivo e cumprir eficientemente ao previamente previsto no projeto básico - perfis disponibilizados pela Codevasf. Nesses detalhamentos devem constar as ART's dos profissionais que os elaboraram.
- f) Acompanhar a aprovação dos detalhamentos Construtivos nos Órgãos Responsáveis junto à construtora.
- g) Elaboração de projeto executivo de todos os drenos a serem executados, com base no projeto básico - perfis fornecidos pela Codevasf - onde estão todas as características hidráulicas e civis dos drenos. Os projetos executivos devem apresentar todos os detalhes necessários, incluindo todos os bueiros e obras especiais: junções de drenos e saltos hidráulicos a serem também construídos, juntamente com sua base e bocas de alas e aterros, de acordo com respectivos dimensionamentos.
- h) Realizações dos licenciamentos ambientais junto aos órgãos de controle para as autorizações de supressão vegetal (ASV) e de coleta, captura e transporte de fauna terrestre nas áreas de influências do empreendimento (ACCTF).

- i) Supressão vegetal e execução dos drenos com acompanhamento topográfico de conferência/implantação de cotas de projeto e levantamento planialtimétrico para cadastro e as-built, incluindo os serviços de manejo de fauna terrestre para a supressão vegetal e demais condicionantes.
- j) Construções de bueiros.
- k) Elaboração e fornecimento de as-built impresso, encadernado e com arquivos em meio eletrônico devidamente identificados e listados.

## **6 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**6.1 Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, que atendam às exigências do TR e seus anexos.**

- 6.1.1 A licitante considera que conhece e aceita plenamente o presente TR.
- 6.1.2 A licitante considera que a sua participação neste trabalho implica na verificação e no dimensionamento das dificuldades técnicas inerentes à execução dos serviços, inclusive com informações adicionais às fornecidas pela CODEVASF, em decorrência deste TR, de modo suficiente para assumir o compromisso de executá-lo conforme o contrato que vier a ser assinado.

### **6.2 CONSÓRCIO**

- 6.2.1 Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob forma de Consórcio, composto por, no máximo, duas empresas, devido às características dos serviços comuns e prestados por empresas no mercado de todo o objeto.
- 6.2.2 No caso de consórcio, o capital social será acrescido de 30% (trinta por cento) do valor exigido para licitante individual, inexigível este acréscimo para os consórcios constituídos, em sua totalidade, por micro e pequenas empresas

### **6.3 SUBCONTRATAÇÃO**

- 6.3.1 Será permitida a subcontratação, com anuência prévia da CODEVASF, com exceção de: topografia, serviços de movimento de terra e execução de estruturas de concreto das obras civis.
- 6.3.2 A subcontratação não exclui a responsabilidade do contratado de suas responsabilidades contratuais e legais, principalmente em ações relacionadas com a segurança do trabalho.
- 6.3.3 É vedada a subcontratação total do objeto.
- 6.3.4 As empresas subcontratadas também devem comprovar, perante a CODEVASF, antes do início dos trabalhos, que estão em situação regular jurídico/fiscal, previdenciária, trabalhista e técnica, e que entre os seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado na CODEVASF.

### **6.4 VISITA AO LOCAL DE OBRAS**

- 6.4.1 A visita aos locais de prestação dos serviços NÃO será obrigatória. Porém recomenda-se às licitantes que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, por intermédio de pelo menos



um engenheiro civil, indicado pelo licitante, ou de seu representante legal ou responsável técnico, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

- 6.4.2 É de inteira responsabilidade do licitante a verificação “in loco” das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação a Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos.
- 6.4.3 Os custos de visita aos locais das obras de engenharia correrão por exclusiva conta do licitante.
- 6.4.4 Em caso de dúvidas relacionadas ao local onde serão executados as obras e os serviços os licitantes deverão entrar em contato com a Coordenação do PPI Pontal, Gerência Regional de Infraestrutura, na Sede da 3ª Superintendência Regional da Codevasf (3ª SR), em Petrolina - PE ou ligar para o telefone 87 - 3866 7730.
- 6.4.5 O termo de conhecimento da área onde serão realizados projetos, as obras e serviços relativos a este TR, e também das áreas circunvizinhas, será obrigatoriamente emitida pela empresa licitante, conforme modelo que consta no Anexo II.

## **6.5 COOPERATIVA**

- 6.5.1 Participação de Cooperativa: Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Cooperativas uma vez que as especificidades do objeto e da prestação de serviço exige uma gestão operacional centralizada e não concede autonomia dos cooperados, conforme exigido pela IN MPOG05/2017.

## **7 PROPOSTA**

**7.1 A Proposta de Preço deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, e não poderá conter condições ou alternativas não previstas neste TR e seus Anexos constitutivos.**

**7.2 A Proposta de Preços será elaborada conforme a seguir:**

- i. Apresentação da proposta de preços;
- ii. Considerações prévias;
- iii. Resumo da proposta de preços;
- iv. Planilha de Custos do Valor da Proposta;
- v. Detalhamento dos encargos sociais;
- vi. Detalhamento do BDI;
- vii. Cronograma físico-financeiro;
- viii. Declaração de validade da proposta.

### **7.3 A Proposta de Preços, nos itens pertinentes ao subitem 7.2 conterá as seguintes informações:**

- a) Apresentação da proposta de preços: será observado o seguinte prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis, para a apresentação de propostas ou lances, que serão contados a partir da divulgação do instrumento convocatório, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento.
- b) Considerações prévias: conterá informações a respeito de generalidades sobre o escopo e a estrutura da Proposta de Preços, aos quais a licitante deseja incluir.
- c) Resumo da proposta de preços: inclui o resumo dos principais itens integrantes da proposta – os valores dos serviços deverão estar representados em algarismos e por extenso, sem rasuras, entrelinhas, emendas ou repetições, bem como as considerações relativas às condições específicas da proposta, variantes consideradas.
- d) Planilha de Custos do Valor da Proposta: deverá ser preenchida pelos licitantes, de forma clara, com ausência de rasuras, conforme modelo presente no Anexo V, que é parte integrante do Termo de Referência.
- e) Detalhamento dos encargos sociais: deverá ser preenchido conforme o Anexo III.1 presente neste TR, e deverão ser definidos os encargos sociais distintos para mensalistas e horistas.
- f) Detalhamento do BDI: deverá ser executado um quadro para o fornecimento de materiais e equipamentos e outro quadro para os serviços, sob pena de desclassificação da proposta, conforme Anexos III.2 e III.3.

No preenchimento dos quadros para a realização do Detalhamento do BDI, o licitante deverá considerar todos os impostos, taxas e tributos, conforme previsto na legislação vigente.

- g) Cronograma físico-financeiro: o cronograma físico-financeiro dos itens da Planilha de Custos deverá obedecer às atividades e prazos, com quantitativos previstos mês a mês, observando o prazo estabelecido para a execução dos serviços, conforme apresentado neste TR.
- h) Declaração da validade da proposta: a licitante deverá apresentar a declaração expressa de que o prazo de validade da sua proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data estabelecida para entrega das mesmas, sujeita a revalidação por idêntico período.

Quanto aos itens apresentados acima, o licitante ainda deve seguir as recomendações subsequentes:

- Deverá ser apresentado, junto com a proposta, a Planilha de Custos do Valor da Proposta do Licitante apresentada em meio eletrônico (Microsoft Excel ou software livre), sem proteção do arquivo, com o intuito principal de facilitar a conferência da mesma. A mesma deverá ser preenchida e assinada por profissional competente, conforme os arts. 13 e 14 da Lei 5194/1966.
- Não poderão ser apresentados preços unitários diferenciados para um mesmo serviço.
- O licitante de melhor proposta classificada deverá preencher os formulários de composição de preços unitários, em formulário próprio, ofertados item e subitem, com clareza e sem rasuras, vedada a utilização de unidades genéricas ou indicadas como verba.

- A planilha de composição de preços unitários deverá ser apresentada também em meio eletrônico (Microsoft Excel ou software livre), sem proteção do arquivo, objetivando facilitar a conferência da mesma.
- O licitante deverá apresentar a planilha na composição de preços unitários em conformidade com a Planilha de Custos do Valor da Proposta do Licitante;
- O licitante deverá, na composição de preços unitários de mão-de-obra, observar os pisos salariais normativos da categoria correspondente, fixados por lei, dissídio coletivo, acordos ou convenções coletivas de trabalho do(s) município(s) onde ocorrerá(ão) o(s) serviço(s), ou, quando esta abranger mais de um município.
- Quando existirem itens de serviços repetidos na Planilha de Custo do Valor da Proposta do Licitante deverá ser apresentado somente uma composição de preços unitários, referenciando os itens aos quais a composição pertence.
- As composições de custos unitários poderão ser verificadas quando à adequação ao projeto, cabendo à comissão solicitar a compatibilidade da composição de custo unitário ao projeto.
- Em relação ao Detalhamento do BDI, deve-se considerar o Imposto Sobre Serviços (ISS) do município onde será executada a obra. Quando se tratar de um serviço/obra que abranja mais de um município, para definição do ISS médio, deve ser calculado este imposto com base na legislação de cada município e será considerado o peso no volume dos serviços realizados em cada município.
- No Detalhamento do BDI e na Planilha de Custos do Valor da Proposta do Licitante, não serão considerados os seguintes tributos: Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.
- No demonstrativo de despesas fiscais, deverá ser informado o regime de tributação, ou seja, se baseado no lucro real ou no lucro presumido.
- As alíquotas dos tributos devem estar em conformidade com a legislação vigente, considerando o regime de tributação de acordo com o perfil jurídico-fiscal da empresa licitante.
- Os custos referentes aos serviços de Administração Local e Manutenção do Canteiro de obras não poderão ser considerados como despesas indiretas e, portanto, não deverão constar do BDI. O licitante deverá apresentar um montante global específico para esses serviços na Planilha de Custos do Valor da Proposta, onde deverão estar contemplados os itens de transporte de pessoal, mão-de-obra, ferramentas, medicina e segurança do trabalho, seguros, alimentação do pessoal, veículos e equipamentos, outros materiais diversos, controle tecnológico, comunicação e energia, etc., devendo considerar os quantitativos mínimos necessários ao atendimento do escopo do TR.

**7.4 A Proposta deverá ser datada e assinada pelo representante legal do licitante, com o valor global evidenciado em separado na 1ª folha da proposta, em algarismos e por extenso, baseado nos quantitativos dos serviços e fornecimentos descritos na Planilha de Custos do Valor da Proposta do Licitante, nela incluídos todos os impostos e taxas, emolumentos e tributos, leis e encargos sociais e previdenciários, lucro, despesas indiretas, custos relativos à sua execução, transporte até o local da obra, carga, transporte e descarga de materiais destinados ao bota-fora. No caso de omissão**

**das referidas despesas, considerar-se-ão inclusas no valor global ofertado.**

- 7.5 Os acessos necessários para permitir a chegada de equipamentos, materiais e pessoas no local da execução das obras/serviços deverão ser previstos pelo Licitante; por isso é de extrema importância, apesar da não obrigatoriedade, que os Licitantes visitem os locais e as circunvizinhanças onde serão realizados os serviços. **Essas previsões dos possíveis acessos são de extrema importância pois os eventuais custos decorrentes de qualquer possível serviço para melhoria destes acessos ocorrerão por conta da Contratada**
- 7.6 O licitante deverá dar prioridade na utilização de mão-de-obra, equipamentos, matérias-primas e tecnologias próprias da região onde será realizado a obra de engenharia. Ressalta-se que essa prioridade deve respeitar o limite do orçamento estimado para a contratação, não gerando prejuízos a execução final da obra.

## **8 DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

### **8.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

Para a qualificação técnica, as licitantes deverão apresentar:

- a) Registro ou inscrição da licitante no Conselho Profissional que regula as atividades profissionais da empresa (CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), demonstrando o ramo de atividade em serviços similares aos conceituados neste TR. Caso os profissionais indicados para compor a equipe chave, indicada na item "iv" não constem na Certidão de Registro e Quitação da empresa junto ao CREA em que esta estiver vinculada, a licitante deverá apresentar suas respectivas Certidões de Registro e Quitação.
- b) Declaração de Conhecimento do Local de Execução dos Serviços – onde o licitante informa que tem conhecimento da área onde serão executadas as obras/serviços de engenharia, e também das suas áreas circunvizinhas. Esse documento deverá ser emitido pelo próprio licitante, estando assinado pelo(s) Responsável(is) Técnico(s) ou Representante Legal.
- c) Atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) ou documento similar emitidos pelos Conselhos Profissionais competentes, comprovando que o licitante tenha executado serviços em obras de drenagem agrícola ou obras similares de porte e complexidade ao objeto desta licitação.

ITEM	SERVIÇO	QUANTIDADE
1	Escavação de drenos coletores abertos	145.250,00 m³
2	Construção de alvenaria de pedra argamassada	584 m³

- i. Os quantitativos apresentados na tabela acima, representam as quantias mínimas nos quais as licitantes devem ter executados as técnicas construtivas semelhantes aos serviços em obras de drenagem agrícola.
- ii. Os atestados poderão ser comprovados da seguinte maneira:
  - a. Um atestado para cada item exigido; ou

- b. Atestado que contenha um ou mais itens exigidos.
- c. Serão admitidos somatórios de quantidades em diferentes atestados para o mesmo item, desde que limitados a 5 atestados
- iii. Quanto a complexidade dos serviços, faz-se necessária a indicação da relação da equipe técnica e gerencial disponibilizada para os serviços, contendo os seguintes profissionais, que comporão a equipe chave:
  - a. Coordenador – Engenheiro Civil ou Agrônomo;
  - b. Topógrafo ou Nivelador ou Técnico Agrimensor;
  - c. Técnico de Edificações ou Encarregado Geral;
- iv. Para cada um dos profissionais da equipe chave deverá ser apresentado atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) ou documento similar emitidos pelos Conselhos Profissionais competentes, comprovando que o profissional tenha executado serviços em obras de drenagem agrícola ou obras similares de porte e complexidade ao objeto desta licitação, utilizando técnicas construtivas semelhantes ou superiores às requeridas para a execução dos itens relacionados a seguir. No caso do Encarregado Geral não ter curso profissionalizante, será dispensada a apresentação de Certidão de Conselho Profissional referente(s) ao(s) atestado(s) exigido(s).

PROFISSIONAL	ITEM	SERVIÇO	QUANTIDADE
Coordenador – Engenheiro Civil ou Agrônomo	1	Escavação de drenos coletores abertos.	145.250,00 m³
	2	Elaboração de Projeto Executivo de Drenos Agrícolas	1 unid.
Topógrafo ou Nivelador ou Técnico Agrimensor	1	Serviços topográficos (locação, nivelamento e contra-nivelamento, fornecimento de caderneta de campo calculadas e digitalizadas).	42 km
Técnico de Edificações ou Encarregado Geral	1	Execução ou fiscalização de obras de drenagem agrícola	1 unid.

- v. As obras terão porte e complexidade semelhantes, quando as mesmas apresentarem grandezas e características técnicas semelhantes às do Projeto Básico – Anexo IV.
- vi. Deverão constar do(s) atestados(s) de capacidade técnica registrados nos Conselhos Profissionais, os seguintes dados: Local de execução; Nome da contratante e da contratada; Nome(s) do(s) responsável(eis) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is); A relação dos serviços executados; Valor dos serviços executados; e Prazo final de execução dos serviços.
- d) Comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente, na data da entrega das propostas os aspectos a seguir:
  - i. Profissional de nível superior, ou outro devidamente reconhecido pela entidade CREA, que seja detentor de atestados de capacidade técnica expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhadas das respectivas Certidões de Acervo Técnico (CAT) ou de algum documento correspondente, que foram emitidos pelos Conselhos Profissionais competentes, que comprove que esse profissional executou os serviços



relativos às obras de drenagem agrícola ou obras similares de porte e complexidade.

- 8.1.1 Os profissionais que compõem a equipe técnica chave deverão pertencer ao quadro permanente da licitante na data prevista para entrega da proposta. Entende-se como pertencente ao quadro permanente o empregado, dirigente, sócio ou prestador de serviço.
- 8.1.2 A comprovação do vínculo empregatício será por meio de cópias da ficha ou livro de registro do empregado ou cópia da carteira de trabalho ou contrato de prestação de serviços.
- 8.1.3 Quando se tratar de dirigente ou sócio, a comprovação será por meio do ato constitutivo.
- 8.1.4 Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual ele tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consórcio individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:
  - i. Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, todas as experiências atestadas serão reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas, na proporção quantitativa de sua participação no consórcio;
  - ii. Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação.

## **9 ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 9.1 Os recursos orçamentários em que ocorrerão as despesas da presente contratação são oriundos do Programa de Trabalho: Nº 20.607.2077.5260.0026 – Implantação do Perímetro de Irrigação Pontal com 7.826 ha, no estado de Pernambuco, sob a gestão da Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura da Codevasf.
- 9.2 O valor estimado para a contratação dos insumos, obras e serviços de engenharia objeto deste Termo de Referência, é de R\$ 4.945.308,61 (quatro milhões e novecentos e quarenta e cinco mil, trezentos e oito reais e sessenta e um centavo), data-base de maio de 2022.
- 9.3 Estão inclusos no valor acima, o BDI, os encargos sociais, as taxas, os impostos e os emolumentos. Os quantitativos e os preços de referência da CODEVASF para os itens necessários à execução do objeto constam da Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência – Anexo V, parte integrante deste Termo de Referência.
- 9.4 O valor estimado para a contratação foi elaborado com base no Sistema de Preços, Custos e Índices da Caixa Econômica Federal (SINAPI – 5/2022), não desonerado, atende ao disposto no artigo 42 da Lei 13.303/2016, já inclusos o BDI, encargos sociais, taxas, impostos e emolumentos. Para os serviços e materiais não constantes nos sistemas de custos citados acima, foram utilizadas tabelas oficiais do SEINFRA-CE, ORSE e DNIT, além de composições de preços unitários elaborados pela CODEVASF .



- 9.5 As taxas de BDI aplicadas no orçamento possuem valores diferentes para serviços e aquisição de materiais e equipamentos, sendo o BDI utilizado nos itens de serviços de 22,98% e nos itens de materiais, 14,02%.
- 9.6 Foram consideradas as taxas de encargos sociais sem desoneração da planilha de preço do SINAPI/PE em maio de 2022, sendo essas de 113,83% para horistas e de 69,92% para mensalistas.
- 9.7 O orçamento estimado estará disponível permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

## **10 PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA**

- 10.1 O prazo para a execução do objeto deste TR será de 15 (quinze) meses, contando a partir da emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes.
- 10.2 O prazo para vigência do contrato, contando em dias consecutivos, a partir da data de emissão da Ordem de Serviço, será o prazo de execução do objeto informado acima, acrescido de mais de 3 (três) meses para expedição do Termo de Encerramento Físico dos serviços, perfazendo um total de 18 (dezoito) meses.
- 10.3 A prorrogação do prazo de execução dos serviços de apoio à fiscalização está condicionada à prorrogação do prazo de execução da obra/serviço sob o(s) qual(is) é realizada a fiscalização.

## **11 FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 11.1 Os pagamentos dos serviços serão efetuados em reais, dos serviços efetivamente executados, por dreno implantado, inclusive suas obras especiais, obedecendo aos preços globais apresentados pela Contratada em sua proposta, e com a apresentação da Fatura/Notas Fiscais, devidamente atestada pela fiscalização da CODEVASF, formalmente designada, e do respectivo Boletim de medição referente ao mês de competência, observando-se o disposto nos subitens seguintes:

- 11.1.1 Os pagamentos serão realizados mediante conclusão das etapas presentes no Anexo VII - Especificações Técnicas. Para recebimento do valor global da etapa a ser medida, faz-se necessário a conclusão de todos os serviços conforme o projeto executivo.
- 11.1.2 A Contratada só receberá os pagamentos pelas etapas quando as mesmas forem efetivamente executadas, e esse pagamento ocorrerá com base nos preços integrantes da proposta aprovada; podendo haver o reajustamento, reequilíbrio econômico financeiro e atualização financeira. À CODEVASF, deverá ser apresentado o Relatório Mensal de Execução dos Serviços, atestando a execução dos serviços e atividades realizadas no período, e somente mediante a apresentação deste Relatório, é que a CODEFASF realizará o pagamento.
- 11.1.3 O Licitante deverá incluir na Proposta todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas neste Termo de Referência e seus anexos, constituindo-se na única remuneração possível de ser atribuída pelos trabalhos contratados e executados.
- 11.1.4 A Contratada somente receberá o pagamento da CODEVASF sobre materiais, equipamentos e assentamentos mediante atesto pelo fiscal do contrato.

11.1.5 A Contratada não poderá pagar salários inferiores aos indicados na Proposta.

11.1.6 A Contratada deverá apresentar, junto com a fatura mensal, comprovante dos salários pagos e comprovantes do pagamento dos encargos sociais e trabalhistas (FGTS) e do ISS do mês anterior.

**11.2 Administração Local e Manutenção de Canteiro (AM) – será pago conforme o percentual de serviços executados (execução física) no período, conforme a fórmula abaixo, limitando-se ao recurso total destinado para o item, sendo que ao final da obra o item será pago 100 %.**

$$\% AM = \frac{\text{Valor da Medição sem AM}}{\text{Valor do Contrato (incluso aditivo financeiro) Sem AM}}$$

11.2.1 Administração Local e Manutenção (AM) terá como unidade, na Planilha de Custos, a medida “global”, e será pago mensalmente o valor absoluto, com no máximo duas casas decimais, oriundo do produto entre o percentual da fórmula, supracitada e o valor total da “AM”.

11.2.2 Caso haja atraso no cronograma, por motivos ocasionados pela CODEVASF, será pago o valor total da Administração Local e Manutenção de Canteiro prevista no período de medição.

11.2.3 O aditivo financeiro da Administração Local/Manutenção do canteiro de obras (AM) não está atrelado à prorrogação de prazo contratual. Seu acréscimo decorre apenas em virtude de acréscimos financeiros realizados ao contrato, por meio de aditivos de valor. Além disso, a Contratada deverá demonstrar efetivamente o acréscimo da estrutura de Administração Local/Manutenção do canteiro de obras (AM), disponibilizada para execução dos serviços.

**11.3 O cronograma físico-financeiro apresentado pelo Licitante deverá atender as exigências do presente Termo de Referência e o mesmo deverá ser entendido como a primeira estimativa de evento dos serviços objeto desta licitação.**

**11.4 Ressalta-se que o cronograma de execução será baseado e ajustado conforme o cronograma da licitação, porém serão levados em consideração a programação física e financeira existente por ocasião da emissão da ordem de serviço, ou durante a execução do contrato, desde que devidamente autuado em processo, contemporâneo à ocorrência (Art. 81 da Lei nº 13.303/2016).**

## **12 REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS**

**12.1 Os preços permanecerão válidos pelo período de um ano, contando da data de apresentação da proposta. Após este prazo, poderão ser reajustados, de acordo com a variação do índice setorial publicado na revista “Conjuntura Econômica” da Fundação Getúlio Vargas, correspondente à coluna 38 (Custo Nacional da Construção Civil – Obras Rodoviárias) – Serviços de Terraplenagem, código 157956, aplicando-se a seguinte fórmula.**

$$R = V \times \left[ N1 \frac{(I_1 - I_0)}{I_0} \right]$$

Onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

N1 = percentual de ponderação de serviços de Terraplenagem frente à totalidade dos serviços a executar (N1 = 100).

I<sub>1</sub> = Índice correspondente ao mês de aniversário da proposta;

I<sub>0</sub> = Índice inicial correspondente ao mês de apresentação da proposta.

### 13 FISCALIZAÇÃO

- 13.1 Um funcionário será formalmente designado pela CODESVAF para realizar a Fiscalização dos serviços executados pela Contratada. Esse funcionário verificará se a Contratada está executando os serviços, seguindo o contrato e os documentos que o integram e as competências definidas no Manual do Contrato.
- 13.2 A Fiscalização e a Contratada deverão manter a necessária comunicação durante a execução do contrato, objetivando a otimização dos prazos e um melhor acompanhamento dos trabalhos.
- 13.3 A CODEVASF terá direito de acompanhar e fiscalizar os serviços prestados pela Contratada, com livre acesso aos locais de trabalho, para a obtenção dos esclarecimentos julgados necessários à execução destes, tendo como base a relação de serviços prestados na proposta e seu respectivo cronograma, instrumentos gerenciais para se alcançar os objetivos previstos.
- 13.4 A Fiscalização participará da Reunião de Partida entre as partes envolvidas, CODEVASF e Contratada, onde serão definidos os detalhes do Plano de Trabalho e dar-se-á o início da execução das obras.
- 13.5 A Contratada terá ampla liberdade para subdividir os trabalhos em diversas atividades, desde que harmonizadas num planejamento integrado.
- 13.6 A Fiscalização poderá acompanhar a execução dos serviços objeto do contrato, “in loco”, como representante da CODEVASF, de forma a garantir o cumprimento do que foi pactuado observando para que não haja subcontratação de serviços vedados no instrumento assinado pelas partes.
- 13.7 A Fiscalização verificará se a Contratada disponibilizou os equipamentos, utensílios e recursos necessários a execução dos serviços.
- 13.8 Esclarecer dúvidas e/ou fornecer informações solicitadas pela Contratada (preposto/representante), serão uma das atribuições da Fiscalização. Quando as dúvidas e/ou informações não estiverem sob a sua alçada, elas serão encaminhadas a quem compete.
- 13.9 Acompanhar a elaboração do “as built” (como construído) ao longo da execução dos serviços.

- 13.10 **Será solicitado a Contratada a relação de funcionários contratados e terceirizados, com as devidas identificações (nome completo, cargo ou função, valor do salário, número do RG e do CPF).**
- 13.11 **A Fiscalização deverá elaborar registros diários no Diário da Obra.**
- 13.12 **Informar ao titular da unidade orgânica demandante e ao gestor de contrato sobre o andamento dos serviços, por meio do Relatório Mensal de Execução dos Serviços.**
- 13.13 **A Contratada tratará diretamente com a equipe de apoio à Fiscalização relacionada a CODEVASF, quando houver, exigindo atuação em conformidade com o instrumento do contrato, cobrando a presença de técnicos no local da prestação de serviços, emissão de relatórios, boletins ou outros documentos que se façam necessários ao fiel cumprimento do objeto.**
- 13.14 **A Fiscalização poderá determinar que a Contratada realize reparos, correções, reconstruções ou substituições no total ou em parte, sem acréscimos à Contratante, quando forem detectados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.**
- 13.15 **O cronograma físico-financeiro poderá ser revisto e ajustado, desde que aprovado entre as partes, sem que isto constitua motivo para a prorrogação do prazo de vigência de contrato, nem acarrete mudanças no prazo final estabelecido.**
- 13.16 **Anteriormente a definição do novo cronograma físico-financeiro, a Fiscalização deverá encaminhar ao gestor do contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, os eventuais pedidos de modificações, substituições de materiais e equipamentos que foram solicitadas pela Contratada.**
- 13.17 **A Contratada deverá apresentar, no primeiro relatório (de andamento ou específico), o novo cronograma atualizado, e assim sucessivamente, nos demais.**
- 13.17.1 **O cronograma físico deverá conter as datas previstas para o início e término de cada etapa de trabalho, relacionando-os com as datas e valores dos pagamentos parciais (cronograma financeiro), estando separados os serviços de campo dos serviços de escritório.**
- 13.17.2 **O cronograma físico deverá contemplar a participação dos diferentes setores e técnico envolvidos durante as etapas dos serviços, bem como as datas previstas para as reuniões a serem realizadas com a CODEVASF.**
- 13.18 **A Fiscalização fica encarregada de informar as ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros ao gestor do contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica. Essas informações deverão ser devidamente justificadas.**
- 13.19 **Será recusado pela Fiscalização, todo ou em parte, a obra ou o serviço que for executado em desacordo com o instrumento contratual.**
- 13.20 **A Contratada será notificada, sobre quaisquer ocorrências encontradas em desconformidade com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação.**

- 13.21 A Fiscalização manterá em arquivo organizado memória de cálculo dos quantitativos de serviços executados e os consequentes boletins de medição.
- 13.22 Encaminhará à Contratada a cópia da Licença Ambiental, se houver, caso contrário, cópia da legislação de dispensa do referido documento.
- 13.23 A Fiscalização atestará as notas fiscais e encaminhará ao gestor do contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para serem tomadas providências quanto ao pagamento.
- 13.24 Receber, analisar, emitir parecer e encaminhar ao gestor do contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências, os pedidos de reajuste/repactuação e reequilíbrio econômico financeiro são algumas das funções a serem exercidas pela Fiscalização.
- 13.25 Caberá também a Fiscalização manter controle sobre o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e encaminhar o processo ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, no caso de solicitação de prorrogação do prazo de vigência contratual.
- 13.26 A Fiscalização irá analisar e emitir nota técnica referente aos pedidos de prorrogação de prazos, de interrupções na execução do objeto, de serviços extraordinários, de modificações no projeto ou alterações relativas à qualidade, à segurança e outras, de modo a subsidiar a decisão final pela autoridade competente.
- 13.27 Informar à unidade de finanças, mediante Termo de Encerramento Físico – TEF, quanto ao término da vigência do contrato, para providências no sentido de liberação da garantia contratual em favor da Contratada.
- 13.28 De acordo com as regras contratuais, a Fiscalização irá receber as etapas de obra, serviços ou fornecimentos mediante medições precisas.
- 13.29 A Fiscalização deverá informar ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante as ocorrências relacionadas à execução do contrato que ultrapassarem a sua competência de atuação, objetivando a regularização das faltas ou defeitos observados.
- 13.30 Cabe à Fiscalização acompanhar e cobrar da Contratada a execução de planos ou programas ambientais e/ou o cumprimento das condicionantes da licença ambiental, quando houver, tomando providências para minimizar impactos de acidentes ambientais.
- 13.31 Vistorias na obra serão realizadas, e pontos relacionados a políticas de segurança, utilização de Equipamento de proteção individual e coletivos (EPI's e EPC's), dentre outros pontos ligados a segurança no trabalho serão averiguados.
- 13.32 Compete à Fiscalização a realização do acompanhamento da execução da obra, verificando a correta utilização quantitativa e qualitativa dos materiais e equipamentos empregados, com a finalidade de zelar pela manutenção da qualidade adequada.
- 13.33 Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu



relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

- 13.34 A ação e/ou omissão, sendo ela total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.
- 13.35 A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato se a Contratada mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

## **14 RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS**

- 14.1 Para a finalização dos trabalhos e, respectiva emissão, por parte da CODEVASF, do Atestado de Execução dos Serviços e do Termo de Encerramento Físico, além da liberação da caução contratual, a Contratada deverá executar todos os serviços descritos no item 5 deste Termo de Referência, conforme o Projeto Executivo e as Especificações Técnicas estabelecidas pela CODEVASF.
- 14.2 A Contratada requererá à Fiscalização, após o término dos serviços listados no item 5, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de sua solicitação.
- 14.3 Caso haja a necessidade de correção, a Fiscalização estabelecerá um prazo para que a Contratada, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.
- 14.4 Após o recebimento provisório do objeto pela Fiscalização, será designado Servidor ou Comissão para o recebimento definitivo do objeto, que deverá ocorrer no prazo de até 90 (noventa) dias da data de sua designação.
- 14.5 Caso haja a necessidade de correção, o Servidor ou Comissão estabelecerá um prazo para que a Contratada, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.
- 14.6 A Contratada será responsável pelo pagamento de ensaios, testes, e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais.
- 14.7 Os serviços ao serem aceitos e aprovados, será emitido o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da Contratada, possibilitando a liberação da garantia.
- 14.8 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos neste Termo de Referência, por parte da Contratada.
- 14.9 Após a emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF), o Diretor ou Gerente Executivo da Área correspondente, no caso de contratos firmados pela Sede, ou o Superintendente Regional, para os contratos firmados pelas Superintendências Regionais emitirá, caso solicitado, o Atestado de Capacidade Técnica declarando a qualidade e o desempenho dos serviços prestados pela Contratada.
- 14.10 A Contratada entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:
- a. Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF);



- b. Emissão, pela CODEVASF, do Atestado de Capacidade Técnica; e
- c. Liberação da Caução Contratual.

**14.11 O último pagamento dos serviços só será liberado após a emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF). Esse documento deverá ser anexo ao processo de liberação e pagamento.**

## **15 SEGURANÇA E MEDICINA NO TRABALHO**

**15.1 A CONTRATADA deverá atender à legislação pertinente à proteção da integridade física e da saúde dos trabalhadores durante a realização dos serviços, conforme dispõe a Lei nº 6.514 de 22/12/1977, Portaria nº 3.214, de 08/06/1978, do ISO e deverá:**

- a) Cumprir e fazer cumprir as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho – NRs, pertinentes à natureza dos serviços a serem desenvolvidos;
- b) Elaborar os Programas PPRA e PCMSO, além do PCMAT nos casos previstos na NR-18;
- c) Manter nos Eixos, o SESMT conforme dimensionamento disposto no Quadro II da NR-4.

## **16 CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

**16.1 A Contratada deverá executar a obra em conformidade com a renovação da LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO: LO - Nº 03.00182.2019, de 18/10/2019, válida até 18/10/2024, emitida pela Agência Municipal de Meio Ambiente – AMMA (Prefeitura Municipal de Petrolina/PE). Sendo responsabilidade exclusiva da contratada a obtenção de ASV – Autorização de Supressão de Vegetação e ACCTF – Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Fauna Silvestre, junto à AMMA, conforme seu projeto executivo, e realizar a supressão da vegetação nativa, bem como o atendimento de todas exigências ambientais contidas na ASV e ACCTF.**

**16.2 A CONTRATADA deverá atender às diretrizes estabelecidas no Art. 45 da Lei nº 14.133 de 01/04/2021, que estabelece como diretrizes de sustentabilidade critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável por meio das contratações de obras e serviços de engenharia, são elas:**

- a) Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;
- b) Mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento do licenciamento ambiental;
- c) Utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;
- d) Avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística;
- e) Proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;
- f) Acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

**16.3 Na execução da obra e serviços será exigido o pleno atendimento da Instrumentação Normativa SLTI/MP nº 01/2010 – que trata sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras**

**pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, além de dá outras providências. A Contratada deverá adotar as seguintes providências:**

- a) Deverá ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação de obras públicas.
- b) Serão exigidos o uso obrigatório de agregado reciclado nas obras contratadas, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimentos e custo inferior em relação aos agregados naturais. Bem como, deverá ser cumprido o PGRCC (Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil), sob pena de multa, estabelecendo, para efeitos de fiscalização, que todos os resíduos removidos deverão estar acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos.
- c) Deverá realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a coleta seletiva do papel para reciclagem, promovendo sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da Instruções Normativas MARE nº 6, de 3/11/95, e do Decreto nº 5.940/2006, ou outra forma de destinação adequada, quando for o caso.
  - i. Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva.
- d) Seguir as medidas apresentadas a respeito da otimização da utilização de recursos e redução de desperdícios e de poluição:
  - i. Racionalizar o uso de substância potencialmente tóxicas ou poluentes;
  - ii. Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
  - iii. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.
  - iv. Racionalizar o consumo de energia (especialmente energia elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício da água tratada;
  - v. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos observados as normas ambientais vigentes;
  - vi. Treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição.
- e) A água da chuva deverá ser reaproveitada. Para isso, deve-se agregar ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e aproveitamento. Ressalta-se que a utilização dessa água só poderá ocorrer se forem certificados que não há contaminação da mesma.
- f) Priorizar pela utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção;
- g) Todos os funcionários deverão receber os equipamentos de segurança, quando houver a necessidade, para a execução dos serviços.
- h) Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

- i) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:
  - i. Pilhas e baterias que contenham em sua composição chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidos e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;
  - ii. Lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;
  - iii. Pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.

**16.4 As licitações e os contratos disciplinados pela Lei nº 10.520 de 17/07/2002, deverão respeitar, especialmente, as normas relativas à:**

- i. Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;
- ii. Mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;
- iii. Utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;
- iv. Avaliação de impactos de vizinhança, na forma da legislação urbanística;
- v. Proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados por empresas públicas e sociedades de economia mista;
- vi. Acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

**16.5 A Contratada deverá observar a Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, dispondo sobre seus princípios, objetivos, instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento dos resíduos sólidos. Alguns dos objetivos da PNRS são:**

- i. Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos;
- ii. Estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;
- iii. Adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais, dentre outros.

**16.6 A Contratada também deverá observar as diretrizes da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA e Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.**

16.6.1 De acordo com a Resolução do CONAMA nº 307/2002, os resíduos da construção civil deverão ser classificados como:

- a) Classe A: resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como:
  - i. de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem.
  - ii. de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos, argamassa e concreto;
  - iii. de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto.
- b) Classe B: resíduos recicláveis para outras destinações, tais como: plástico, papel, papelão, metais, vidros, dentre outros.
- c) Classe C: resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitem a sua reciclagem ou recuperação.
- d) Classe D: resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como: tintas, solventes, óleos e outros.

16.6.2 Os geradores deverão ter como princípio a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento e a disposição final ambientalmente adequada.

16.6.3 Os resíduos da construção civil não poderão ser dispostos em aterros de resíduos sólidos urbanos, em área de “bota-fora”, em encostas, corpos d’água, lotes vagos e em área protegidas por lei.

16.6.4 O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso

16.6.5 Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a Contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116 de 2004.

**16.7 Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, deverá ser efetuado o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:**

- i. Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com

produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizam sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005 e legislação correlata.

- ii. Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
- iii. Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

**16.8 Caso haja a aquisição de bens, a Contratada deverá observar os seguintes critérios, conforme a instrução normativa SLTI/MP nº 01/2010:**

- iv. Os bens deverão ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme a ABNR NBR 15.448-1 e 15.448-2.
- v. A Contratada deverá observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, adquirindo, com isso, produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos demais;
- vi. Os bens adquiridos deverão ser preferencialmente acondicionados em embalagens individuais adequadas, contendo o menor volume possível e que utilize materiais recicláveis de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento;
- vii. Observar antes de adquirir os bens, para não obter produtos que contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), como por exemplo: mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

## **17 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**17.1 Antes do início dos trabalhos, a Contratada deverá apresentar a CODEVASF os seguintes documentos:**

17.1.1 O termo de Conhecimento da Área onde serão realizados as obras e serviços relativos a este TR, e também das áreas circunvizinhas.



17.1.2 Plano de Trabalho a ser aprovado pela Fiscalização, contendo o Plano de Logística da Contratada para execução dos serviços, contendo a sequência de etapas/fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, mensurando o tempo a ser gasto em cada uma e os recursos materiais e humanos envolvidos. Este documento será complementado com desenhos, croquis ou gráficos elucidativos das fases de implantação. Para a execução deste item, a Contratada deverá analisar os pontos abrangidos no item 16.

- i. Com base no conhecimento das condições locais, a Contratada deverá apresentar declaração de procedência dos materiais a serem utilizados, tais como: areia, brita, pedra, indicando, quando não especificado no projeto executivo, sua localização e distância de transporte posto/obra, inclusive quanto ao fornecimento de água para manutenção do canteiro.

17.1.3 Cronograma físico-financeiro, detalhado e adequado ao Plano de Trabalho referido na alínea acima. O cronograma deverá ser atualizado antes do início efetivo dos serviços, em função do planejamento previsto pela Contratada e dos fornecimentos de responsabilidade da CODEVASF e atualizado/revisado periodicamente conforme solicitação da fiscalização.

- i. O Cronograma físico-financeiro deverá ser executado em meio eletrônico, no formato MS Project ou software similar.

17.1.4 Relação dos serviços especializados que serão subcontratados, considerando as condições estabelecidas neste Termo de Referência (ver item 6.3).

- i. A Contratada deverá comprovar perante a CODEVASF – ao solicitar autorização para subcontratação de parte dos serviços – a regularidade jurídico/fiscal, trabalhista e técnica de sua subcontratada, respondendo, solidariamente com esta, pelo inadimplemento destas quando relacionadas com o objeto do contrato, e que entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de carga ou função gratificada na CODEVASF.

17.1.5 Providenciar, junto ao CREA ou Conselho Profissional relacionado à área ambiental, as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's ou equivalentes, referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº 6.496/77, apresentando juntamente com o registro dos responsáveis técnicos pelos serviços objeto desta licitação, conforme Resolução nº 317 de 31/10/86.

17.1.6 Em caso de necessidade de escavação/desmonte de rocha com uso exclusivo de explosivos, a Contratada deve providenciar a autorização dos órgãos competentes com plano de fogo assinado por Engenheiro de Minas, juntamente com a respectiva ART, e projeto de paiol.

17.1.7 Obter declaração, nota fiscal ou proposta do fabricante/distribuidor comprovando preços com garantia de fornecimento dos principais insumos.

**17.2 Durante a execução do contrato, a Contratada deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e manter situação regular junto ao Cadastro Informativo de Créditos do Setor Público Federal – CADIN, conforme disposto no Artigo 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho e 2002.**



**17.3 Apresentar-se sempre que solicitada, através do seu Responsável Técnico e Coordenador dos trabalhos, nos escritórios da Contratante, em Brasília/DF ou nas Superintendências Regionais.**

**17.4 Quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, sempre atender as orientações dadas pela CODEVASF.**

**17.5 A Contratada terá total responsabilidade pelo transporte interno e externo do pessoal até o local dos serviços.**

**17.6 Utilização de pessoal experiente, bem como de equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados para a boa execução dos serviços.**

**17.6.1 Os componentes da equipe deverão estar devidamente uniformizados, em padrão único (farda) e fazendo uso de equipamentos de proteção de segurança requeridos para as atividades desenvolvidas.**

**17.7 Colocar tantas frentes de serviços quantos forem necessários (mediante anuência prévia da Fiscalização), para possibilitar a perfeita execução dos serviços dentro do prazo contratual.**

**17.8 Responsabilizar-se pelo fornecimento de toda a mão-de-obra, sem qualquer vinculação empregatícia com a CODEVASF, necessária à execução dos serviços objeto do contrato.**

**17.9 Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, os quaisquer encargos que incidam sobre materiais e equipamentos, os quais exclusivamente, correrão por sua conta, inclusive o registro do serviço contratado junto ao conselho de classe competente (CREA).**

**17.10 A Contratada tem por obrigação assegurar e facilitar o livre acesso da Fiscalização aos serviços e a todos os elementos necessários ao desempenho de sua missão.**

**17.11 A substituição dos profissionais integrantes da equipe técnica somente será realizada quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior. Essa substituição será por um profissional de perfil técnico equivalente ou superior ao anterior, e só ocorrerá mediante prévia autorização da CODEVASF.**

**17.12 Na hipótese de eventuais Termos Aditivos, que venham acrescentar o valor da contratação, a Contratada deverá reforçar a caução inicial durante a execução dos serviços contratados, de acordo com a cláusula contratual que trata da “caução”.**

**17.13 A Contratada deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores ou empregados do órgão ou entidade Contratante e dos órgãos de controle interno e externo.**

**17.14 Caso a Contratada seja registrada em região diferente daquela em que serão executados os serviços objeto deste TR, deverá apresentar visto, novo registro ou dispensa de registro, em conformidade com disposto nos arts. 5º, 6º e 7º da Resolução CONFEA nº 336 de 27 de outubro de 1989.**

**17.15 Quaisquer acidentes de trabalho referentes ao seu pessoal que venham a ocorrer por conta do serviço contratado e/ou por ela causado a terceiros será de responsabilidade da Contratada.**

**17.15.1 Para isso, a Contratada deverá obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, a fim de garantir a salubridade e a segurança nos acampamentos e nos canteiros de serviços.**

**17.16 Os serviços rejeitados pela Fiscalização, dentro do prazo estabelecido pela mesma, sejam o serviço todo ou em parte, serão desfeitos e corrigidos pela Contratada, sem ônus para a CODEVASF.**

**17.17 Caberá à Contratada obter e arcar com os gastos de todas as licenças e franquias, pagar encargos sociais e impostos municipais, estaduais e federais que incidirem sobre a execução dos serviços.**

**17.18 Assumir toda a responsabilidade pela execução dos serviços contratados perante a CODEVASF e terceiros, na forma da legislação em vigor, bem como por danos resultantes do mau procedimento, dolo ou culpa de empregados ou prepostos seus, e ainda, pelo fiel cumprimento das leis e normas vigentes, mantendo a CODEVASF isenta de quaisquer penalidades e responsabilidades de qualquer natureza pela infringência da legislação em vigor, por parte da Contratada.**

**17.19 A Contratada será responsável, perante a CODEVASF pela qualidade do total dos serviços, bem como pela qualidade dos projetos, no que diz respeito à observância de normas técnicas e códigos profissionais.**

**17.20 A Contratada deverá tomar todas as providências para proteger o meio ambiente, nos âmbitos interno e externo ao local de execução dos serviços, obedecendo às instruções advindas da Fiscalização, além de evitar danos e aborrecimentos às pessoas e/ou propriedades privadas ou públicas.**

**17.21 Investir em medida de promoção a ética e de prevenção da corrupção, promovendo um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público é uma das ações a serem realizadas pela Contratada.**

**17.21.1** A Contratada se comprometerá a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privado; a também conhecer e cumprir as previsões da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 8.420/15, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

**17.22 A Contratada entende e aceita que para a execução dos serviços objeto da presente licitação deverá atender ainda às seguintes normas complementares:**

**17.22.1** Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, e as normas técnicas da CODEVASF.

**17.22.2** Normas técnicas da ABNT e do INMETRO, principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.

**17.23 Manter no local das obras e serviços de engenharia uma pasta com todos os documentos previstos e necessários para execução do objeto (ART's, licenças ambientais, projeto executivo, alvarás, dentre outros).**

**17.23.1** Manter em local visível no canteiro de obras a cópia da Licença Ambiental, se houver, caso contrário, cópia da legislação de dispensa do referido documento.

**17.24 Atendimento às condicionantes ambientais necessárias à obtenção das Licenças do Empreendimento, emitidas pelo órgão competente, relativas à execução das obras.**

- 17.24.1 Ao final dos serviços as instalações do canteiro de obra deverão ser demolidas e as áreas devidamente recuperadas, conforme as recomendações básicas para proteção ambiental.
- 17.24.2 Realizar e executar o Plano de Recuperação Ambiental de Área Degradadas (PRAD) das áreas onde forem realizadas intervenções em função da obra.
- 17.24.3 Os serviços/fornecimentos contratados deverão ser executados em total conformidade com legislação ambiental vigente em todas as esferas e com o cumprimento dos atos administrativos ambientais inerentes ao empreendimento em questão, mediante observância dos termos e registros sistemáticos, como forma de comprovar a execução.
- 17.24.4 A empresa deverá emitir um relatório mensal específico acerca de regularidade ambiental do empreendimento, demonstrando a fiel observância das licenças e atos administrativos ambientais correlatos, bem como de toda a legislação ambiental vigente.

17.25 Disponibilizar para a equipe de Fiscalização da CODEVASF 01 (um) veículo tipo PICK-UP, cabine dupla (CD), tração 4X4, Diesel, sem motorista, com ar condicionado, com ano de fabricação não inferior a 2021, com até 5.000 km rodados, de cor preferencialmente branca, com os dizeres conforme especificação da CODEVASF, incluindo despesas operacionais, combustível, manutenção e seguro, por período correspondente ao período da obra, sendo que os custos das despesas deverão ser previstos na planilha.

**17.26 Instalar e manter no canteiro de obras 01 (uma) placa de identificação da obra, com as seguintes informações: nome da empresa (Contratada), RT pela obra com a respectiva ART, nº do Contrato e Contratante (CODEVASF), conforme Lei nº 5.194/1966 e Resolução CONFEA nº 198/1971.**

- 17.26.1 A placa de identificação das obras e serviços deve ser no padrão definido pela CODEVASF e em local por ela indicado, independentes das exigidas pelos órgãos de Fiscalização de classe.

**17.27 Será uma obrigação da Contratada construir e equipar o escritório e oferecer os meios necessários à execução da fiscalização e medição dos serviços por parte da CODEVASF. Esse escritório estará locado no canteiro de obras, e dentre suas características mínimas tem-se: área mínima de 40 m<sup>2</sup>, incluindo banheiro, sala de reuniões, com mobiliário completo incluindo: mesa, cadeiras, armários, ar condicionado, telefone, administração de escritório e comunicação, Internet, materiais de escritórios necessários à operação dos equipamentos e desempenho das atividades pelo período correspondente ao da execução dos serviços, sendo que ao final das obras todos os materiais não utilizados e equipamentos serão devolvidos à Contratada**

**17.28 Disponibilizar para a equipe da Fiscalização da CODEVASF, com vistas ao atendimento das necessidades da obra, os equipamentos para laboratório de controle tecnológico de concreto e aterros, inclusive manutenção e pessoal de apoio para controle de qualidade dos materiais e serviços objetos deste Termo, os quais serão devolvidos à Contratada ao final da Execução das obras e serviços de engenharia.**

**17.29 Todas as despesas para a realização dos serviços de controle tecnológico e medições, tais como os equipamentos de topografia, dos laboratórios de controle tecnológico da geotécnica e concreto, inclusive manutenção e pessoal de apoio e execução, deverão estar contempladas na proposta no preço estabelecido para a**

instalação e manutenção do canteiro de obras, sendo que ao final das obras todos equipamentos serão devolvidos à Contratada.

17.30 Protótipos ou amostras dos materiais e equipamentos a serem empregados nas obras de engenharia objeto do contrato, deverão ser submetidos à aprovação da Fiscalização. Os traços de concreto a serem utilizados também estão incluídos nesse item.

17.31 Salvo disposições em contrário que constem do termo de contrato, os ensaios, testes, exames e provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto correrão por conta da Contratada e, para garantir a qualidade da obra, deverão ser realizados em laboratórios aprovados pela Fiscalização.

17.32 Será de responsabilidade exclusiva da Contratada promover a vigilância e a proteção de todos os materiais e equipamentos no local das obras, inclusive dos barracões e instalações.

17.33 Todos os acessos necessários para permitir à chegada dos equipamentos e materiais no local de execução dos serviços deverão ser previstos, avaliando-se todas as suas dificuldades, pois os custos decorrentes de qualquer serviço para melhoria destes acessos correrão por conta da Contratada. Por isso, apesar da não obrigatoriedade, é de extrema importância o conhecimento do local onde serão executados os serviços e das áreas circunvizinhas.

17.34 A Contratada deverá manter um Preposto, aceito pela CODEVASF, no local do serviço, para representa-la na execução do objeto contratado.

17.35 Todas as despesas do canteiro de obras referente a água, energia, telefone, taxas, impostos e quaisquer outros tributos que venham a ser cobrados serão de responsabilidade da Contratada, desde o início dos serviços até o encerramento do contrato.

17.36 No momento da desmobilização, para liberação da última fatura, faz-se necessária a apresentação da certidão de quitação de débito, referente às despesas com água, energia, telefone, taxas, impostos e quaisquer outros tributos que venham a ser cobrados.

17.37 Um Diário de Obras será mantido no local das obras de engenharia e nele serão relatadas todas as ocorrências e anotações diárias referentes ao andamento dos serviços, qualidade dos materiais, mão-de-obra, etc. Nesse diário também serão relatadas reclamações, advertências e principalmente problemas de ordem técnica que requeiram solução por uma das partes. Este diário, devidamente rubricado pela Fiscalização e pela Contratada em todas as vias, ficará em poder da Contratante após a conclusão das obras e serviços de engenharia.

17.37.1 A Contratada deverá comunicar a Fiscalização toda a mobilização de pessoal e equipamentos, quando da chegada à obra, a qual deverá ser devidamente anotada no Diário de Obras, para acompanhamento e controle da CODEVASF.

## **18 OBRIGAÇÕES DA CODEVASF**

18.1 Exigir da Contratada o cumprimento integral do Contrato.

18.2 Relatar em tempo hábil, ocorrências ou circunstâncias que possam acarretar dificuldades no desenvolvimento das obras e serviços em relação a terceiros.

18.3 Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.

18.4 Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela Contratada, através de correspondências protocoladas.

18.5 Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a Contratada, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.

**18.6 Rejeitar todo e qualquer serviço inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.**

**18.7 Emitir parecer para liberação das faturas, e receber as obras e serviços contratados.**

**18.8 Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.**

## **19 CONDIÇÕES GERAIS**

**19.1 Todo o material produzido durante a execução do Contrato, incluindo desenhos, memórias de cálculo, informações obtidas e métodos desenvolvidos no contexto da obra, serão de propriedade da CODEVASF, e seu uso por terceiros só se realizará por expressa autorização desta.**

**19.2 O presente Termo de Referência e seus anexos integrarão o contrato a ser firmado com a Contratada, independente de transições.**

## **20 ANEXOS**

São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência, arquivos digitais carregados em ambiente virtual contendo:

- Anexo I: Justificativas;
- Anexo II: Modelo de Declaração de Conhecimento do Local de Execução dos Serviços;
- Anexo III: Detalhamento dos Encargos Sociais e do BDI:
  - III.1: Detalhamento dos Encargos Sociais – Horista e Mensalista;
  - III.2: Detalhamento do BDI – Serviços;
  - III.3: Detalhamento do BDI – Fornecimento;
- Anexo IV: Projeto Básico - perfis dos drenos a serem executados, contendo as características hidráulicas e civis;
- Anexo V: Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência;
- Anexo VI: Matriz de Riscos;
- Anexo VII: Especificações Técnicas;
- Anexo VIII: Manual de Uso da Marca do Governo.



## **ANEXO I: JUSTIFICATIVAS**

**Finalidade:** este anexo tem por finalidade incluir exigências, particularidades e justificativas em função da individualidade da obra ou serviço de engenharia, previstos no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

### **Justificativas:**

#### **Da necessidade da contratação**

As políticas públicas voltadas a resolução das deficiências da região do semiárido nordestino vêm alcançando alguns progressos, apesar de tais progressos ocorrerem de forma lenta e ainda se caracterizarem como sendo insuficientes para que melhoras substanciais dos indicadores sociais da região sejam percebidos pela população. Contudo, esforços estão sendo feitos e a preocupação por parte de políticos, administradores e da população brasileira como toda, quanto a urgência da adoção de medidas capazes de melhorar a qualidade de vida da população dessas regiões, está crescendo.

A drenagem de terras agrícolas na região Nordeste do Brasil se constitui em uma parte fundamental dos projetos públicos de irrigação, pois coleta e dispõe os excessos d'água com velocidade controlada ajudando no combate à erosão dos solos, evita o indesejável encharcamento dos solos facilitando o seu manejo, previne o processo de salinização dos solos e protege a infraestrutura de uso comum como estradas, canais e estações de bombeamento.

Pode-se considerar que os solos são a parte mais importante de um projeto de irrigação, e o sistema de macrodrenagem, composto pelos rios, riachos, talwegues naturais, drenos principais, secundários e subsequentes formam um sistema capilar que capta os excessos d'água das chuvas torrenciais, desaguando-as para fora do projeto com velocidade controlada, evitando o encharcamento dos solos e ajudando no combate à erosão dos solos.

#### **Regime de execução:** Contratação Semi-integrada.

De acordo com a Lei 13.303/2016:

“Art. 42. Na licitação e na contratação de obras e serviços por empresas públicas e sociedades de economia mista, serão observadas as seguintes definições: [\(Vide Lei nº 14.002, de 2020\)](#)

...

V - contratação semi-integrada: contratação que envolve a elaboração e o desenvolvimento do projeto executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, de acordo com o estabelecido nos §§ 1º e 3º deste artigo;

...

§ 1º As contratações semi-integradas e integradas referidas, respectivamente, nos incisos V e VI do caput deste artigo restringir-se-ão a obras e serviços de engenharia e observarão os seguintes requisitos:



I - o instrumento convocatório deverá conter:

a) anteprojeto de engenharia, no caso de contratação integrada, com elementos técnicos que permitam a caracterização da obra ou do serviço e a elaboração e comparação, de forma isonômica, das propostas a serem ofertadas pelos particulares;

b) projeto básico, nos casos de empreitada por preço unitário, de empreitada por preço global, de empreitada integral e de contratação semi-integrada, nos termos definidos neste artigo;

c) documento técnico, com definição precisa das frações do empreendimento em que haverá liberdade de as contratadas inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, seja em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico da licitação, seja em termos de detalhamento dos sistemas e procedimentos construtivos previstos nessas peças técnicas;

d) matriz de riscos;

II - o valor estimado do objeto a ser licitado será calculado com base em valores de mercado, em valores pagos pela administração pública em serviços e obras similares ou em avaliação do custo global da obra, aferido mediante orçamento sintético ou metodologia expedita ou paramétrica;

III - o critério de julgamento a ser adotado será o de menor preço ou de melhor combinação de técnica e preço, pontuando-se na avaliação técnica as vantagens e os benefícios que eventualmente forem oferecidos para cada produto ou solução;

IV - na contratação semi-integrada, o projeto básico poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução e de facilidade de manutenção ou operação.

...

§ 3º Nas contratações integradas ou semi-integradas, os riscos decorrentes de fatos supervenientes à contratação associados à escolha da solução de projeto básico pela contratante deverão ser alocados como de sua responsabilidade na matriz de riscos.

§ 4º No caso de licitação de obras e serviços de engenharia, as empresas públicas e as sociedades de economia mista abrangidas por esta Lei deverão utilizar a contratação semi-integrada, prevista no inciso V do caput, cabendo a elas a elaboração ou a contratação do projeto básico antes da licitação de que trata este parágrafo, podendo ser utilizadas outras modalidades previstas nos incisos do caput deste artigo, desde que essa opção seja devidamente justificada.

§ 5º Para fins do previsto na parte final do § 4º, não será admitida, por parte da empresa pública ou da sociedade de economia mista, como justificativa para a adoção da modalidade de contratação integrada, a ausência de projeto básico.

Art. 43. Os contratos destinados à execução de obras e serviços de engenharia admitirão os seguintes regimes: [\(Vide Lei nº 14.002, de 2020\)](#)

I - empreitada por preço unitário, nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários;

II - empreitada por preço global, quando for possível definir previamente no projeto básico, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual;

III - contratação por tarefa, em contratações de profissionais autônomos ou de pequenas empresas para realização de serviços técnicos comuns e de curta duração;

IV - empreitada integral, nos casos em que o contratante necessite receber o empreendimento, normalmente de alta complexidade, em condição de operação imediata;

V - contratação semi-integrada, quando for possível definir previamente no projeto básico as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual, em obra ou serviço de engenharia que possa ser executado com diferentes metodologias ou tecnologias”.

Considerando que o objeto deste Termo de Referência já possui projeto básico e ao previsto no § 4º do Art. 42 e no item IV do Art. 43, acima expostos, optou-se pelo regime de contratação semi-integrada.

**Critério de Julgamento:** Menor Preço.

A Lei 13.303/2016 em seu art. 42 § 1º III define:

“O critério de julgamento a ser adotado será o de menor preço ou de melhor combinação de técnica e preço, pontuando-se na avaliação técnica as vantagens e os benefícios que eventualmente forem oferecidos para cada produto ou solução”

**Divulgação do valor orçado:** Público.

Justificativa da adoção do valor estimado público: Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento

**Permite Participação de Consórcios:**

**Sim:** O objeto em questão é de alta complexidade, portanto é permitida a participação de empresas em consórcio, composto por, no máximo, duas empresas. No caso de consórcio, o capital social será acrescido de 30% (trinta por cento) do valor exigido para licitante individual, inexigível este acréscimo para os consórcios constituídos, em sua totalidade, por micro e pequenas empresas.

**Não Permite Participação de Cooperativa:**

Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Cooperativas uma vez que as especificidades do objeto e da prestação de serviço exige uma gestão operacional centralizada e não concede autonomia aos cooperados, conforme exigido pela IN MPOG 05/2017. Outra questão que limita a participação da cooperativa na licitação é a forma como ocorre atribuição dos serviços, fato que pode, em tese, comprometer a competitividade com as outras pessoas jurídicas que seriam tributadas pela prestação dos serviços, no que tange os encargos sociais sobre os serviços necessários ao projeto e obras, podendo, em tese, gerar questões trabalhista para a administração. Finalmente deve ser destacada a Súmula 281 do TCU, que ainda não foi revogada, indica ser “vedada a participação de cooperativista em licitações quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade” (Súmula 281, aprovada pelo Acórdão TCU 1.789/2012 - Plenário, de 11 de julho de 2012).

**Visita:** Não é obrigatória a visita aos locais onde serão executados as obras e serviços de engenharia tratados neste TR, apesar de que o conhecimento da área e das circunvizinhanças serem de extrema importância, visto que, como já citado no texto do Termo de Referência, o conhecimento do local é essencial para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados. Ressalta-se também que a assinatura da Declaração de Conhecimento do Local de Execução dos Serviços é indispensável para o início das obras por parte da Contratada.

**Desapropriação:** Não Aplicável. No projeto foram identificados imóveis que serão atingidos diretamente pelas obras, os quais deverão estar desapropriados antes do início das obras.

**Qualificação Técnica:**

As exigências contidas neste Termo de Referência se justificam devido a necessidade de “seleção” de empresas com capacidade técnica e executiva e experiência comprovada para execução do objeto do presente Termo de Referência.

**Sustentabilidade Ambiental:**

A Licença Ambiental (LI) deverá estar emitida pelo IDEMA – RN, antes do início efetivo das obras.

**Garantia do Objeto:**

A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

**Garantia de Execução (Caução):**

A Ordem de Serviço só será emitida caso a Contratada tenha apresentado a Garantia de Execução (Caução).

**Aprovação do Termo de Referência:**

O Termo de Referência deverá ser aprovado por ato de autoridade competente, conforme Resolução a ser inserida ao processo.

**Multas e Sanções:**

Serão estabelecidas conforme o padrão exercido nos contratos de serviços de engenharia da CODEVASF.

**Matriz de Riscos:**

Haverá a necessidade da elaboração do documento referente a Matriz de Risco, conforme Anexo VI.

## **ANEXO II: MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

O Licitante (NOME DE EMPRESA), inscrito no CNPJ/MF nº (CNPJ DA EMPRESA), por seu representante legal (ou responsável técnico) abaixo assinado, declara, sob as penalidades da lei, de que conhece o local onde serão executadas as obras, se inteirou dos dados indispensáveis à apresentação da proposta, e que os preços a serem propostos cobrirão quaisquer despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução das obras, tendo obtido todas as informações necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

Cidade, \_\_/\_\_/202\_\_


---

Assinatura do representante legal

Nome: \_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_

**ANEXO III: DETALHAMENTO DOS ENCARGOS SOCIAIS E DO BDI**  
**ANEXO III .1– HORISTA E MENSALISTA**

SINAPI - Composição de Encargos Sociais						
PERNAMBUCO			VIGÊNCIA A PARTIR DE 10/2021			
ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA						
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO		
		HORISTA %	MENSALISTA %	HORISTA %	MENSALISTA A %	
GRUPO A						
A1	INSS	0,00%	0,00%	20,00%	20,00%	
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%	
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%	
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%	
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	
A9	SECONCI	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
A	Total	16,80%	16,80%	36,80%	36,80%	
GRUPO B						
B1	Repouso Semanal Remunerado	18,06%	Não incide	18,06%	Não incide	
B2	Feriados	4,33%	Não incide	4,33%	Não incide	
B3	Auxílio - Enfermidade	0,86%	0,66%	0,86%	0,66%	
B4	13º Salário	10,93%	8,33%	10,93%	8,33%	
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,06%	0,07%	0,06%	
B6	Faltas Justificadas	0,73%	0,56%	0,73%	0,56%	
B7	Dias de Chuvas	2,20%	Não incide	2,20%	Não incide	
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,10%	0,08%	0,10%	0,08%	
B9	Férias Gozadas	8,89%	6,78%	8,89%	6,78%	
B10	Salário Maternidade	0,03%	0,02%	0,03%	0,02%	
B	Total	46,20%	16,49%	46,20%	16,49%	
GRUPO C						
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,75%	3,63%	4,75%	3,63%	
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,11%	0,09%	0,11%	0,09%	
C3	Férias Indenizadas	4,75%	3,62%	4,75%	3,62%	
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	3,40%	2,59%	3,40%	2,59%	
C5	Indenização Adicional	0,40%	0,31%	0,40%	0,31%	
C	Total	13,41%	10,24%	13,41%	10,24%	
GRUPO D						
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	7,76%	2,77%	17,00%	6,07%	
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,40%	0,31%	0,42%	0,32%	
D	Total	8,16%	3,08%	17,42%	6,39%	
TOTAL(A+B+C+D)		84,57%	46,61%	113,83%	69,92%	

Fonte: Informação Dias de Chuva – INMET

[https://www.caixa.gov.br/Downloads/sinapi-manual-de-metodologias-e-conceitos/Livro2\\_SINAPI\\_Calculos\\_e\\_Parametros\\_2\\_Edicao\\_Digital.pdf](https://www.caixa.gov.br/Downloads/sinapi-manual-de-metodologias-e-conceitos/Livro2_SINAPI_Calculos_e_Parametros_2_Edicao_Digital.pdf)



## ANEXO III.2: DETALHAMENTO DO BDI – SERVIÇOS – SEM DESONERAÇÃO

DETALHAMENTO DO BDI			
Serviços			
Item	Descrição dos serviços	Preço de Venda (%)	Custo Direto (%)
1	Administração Central (A)		4,70%
2	Impostos e Taxas (I)	7,15%	
2.1	ISS	3,50%	
2.2	PIS	0,65%	
2.3	Cofins	3,00%	
3	Risco, seguro e garantia ( R)		1,28%
4	Despesas Financeiras (F)		0,94%
5	Lucro (L)		6,74%
<b>BDI* (%)</b>			<b>22,98%</b>
(*) BDI = (((1+A+R)(1+F)(1+L))/(1+I))-1)*100			

### ANEXO III.3: DETALHAMENTO DO BDI – FORNECIMENTO – SEM DESONERAÇÃO

DETALHAMENTO DO BDI			
Fornecimentos			
Item	Descrição dos serviços	Preço de Venda (%)	Custo Direto (%)
1	Administração Central (A)		3,45%
2	Impostos e Taxas (I)	3,65%	
2.1	ISS	0,00%	
2.2	PIS	0,65%	
2.3	Cofins	3,00%	
3	Taxa de Risco ( R)		0,85%
4	Despesas Financeiras (F)		0,85%
5	Lucro (L)		4,44%
<b>BDI* (%)</b>			<b>14,02%</b>
(*) BDI = (((1+A+R)(1+F)(1+L))/(1+I))-1)*100			

---

**ANEXO IV: PROJETO BÁSICO**  
**(FORNECIDO EM ARQUIVO DIGITAL SEPARADO)**

---

**ANEXO V: PLANILHA DE CUSTOS DO VALOR DO ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA  
(FORNECIDO EM ARQUIVO DIGITAL SEPARADO)**

## ANEXO VI: MATRIZ DE RISCOS

ITEM	TIPO	DESCRIÇÃO	MITIGAÇÃO	ALOCÇÃO DO RISCO
1	Projeto	Divergência entre os quantitativos de projeto e planilha de quantitativos do contrato	Análise das planilhas de quantitativos contratuais pela contratada	Contratada
2	Projeto	Inadequação para provimento dos serviços na qualidade, quantidade e custo esperado.	Contratação de seguro de risco de engenharia	Contratada
3	Projeto	Modificação do escopo e de especificação de serviços pelo Contratante	Aditivo contratual para adequação dos serviços contratados	Contratante
4	Licenciamento Ambiental	Atendimento de condicionantes ambientais e execução de programas ambientais e autorizações ambientais do empreendimento	Oportunizar a análise prévia ao início das obras para realização de tratativas (a Contratada será responsável pela realização dos estudos, sendo remunerada somente pelo valor de execução definido na proposta da licitação).	Contratada
5	Vícios ocultos	Vícios ocultos nos insumos e equipamentos utilizados na execução da obra, sem prejuízo do direito de regresso contra fornecedores durante a execução	Requerer a mobilização de recursos para fazer frente aos riscos verificados (a Contratada será responsável pela solução final adotada). Exigir a apresentação de ajustes no Plano de Ataque de Obras e Cronograma, respeitando o prazo de execução do contrato. Requerer a apresentação de garantia contratual pela Contratada.	Contratada
6	Caso fortuito ou força maior	Eventos de significativo impacto econômico-financeiro ao contrato, decorrentes de situações que configurem caso fortuito ou força maior e que não foram alocados anteriormente à contratada	Remuneração do risco, Seguro Risco de Engenharia	Contratada
7	Fato Príncipe	Fatos caracterizados na legislação vigente como "Fatos Príncipe"	Reequilíbrio econômico-financeiro; Aditivo Contratual (excepcional)	Contratante
8	Erro de execução por subcontratadas	Não atendimento das condições de aceitação dos serviços ou irregularidade cometida nos casos de Subcontratação de serviços	Efetuar a recusa dos serviços. Exigir a apresentação de Garantia Contratual pela Contratada	Contratada
9	Desapropriações e Liberação de Áreas	Atrasos nas liberações das áreas para a execução dos serviços, desde que não haja responsabilidade da CONTRATADA	Aditivo contratual de prazo (excepcional)	Contratante
10	Patrimônio artístico e cultural	Custos e atrasos decorrentes de pesquisas e descobertas arqueológicas ou outras interferências com o patrimônio histórico, artístico e cultural de quaisquer tipo.	EIA/RIMA; Aditivo contratual de prazo e/ou de valor (excepcional)	Contratante



ITEM	TIPO	DESCRIÇÃO	MITIGAÇÃO	ALOCÇÃO DO RISCO
11	Variação Climática	Ocorrência de precipitações médias mensais que excedam em mais de 20% média mensal dos últimos 5 anos	Aditivo Contratual	Contratante
12	Variação Climática	Ocorrência de precipitações médias mensais até 20% acima da média mensal dos últimos 5 anos	Contratação integrada; Seguro de riscos de engenharia	Contratada
13	Econômico-financeira	Ocorrência de eventos relacionados à saúde financeira da Contratada.	Exigir a apresentação de Garantia Contratual pela Contratada	Contratada
14	Econômico-financeira	Elevação substancial e inesperada de preços dos materiais utilizados na obra	Empresa deverá suportar a diferença até a data de repactuação	Contratada
15	Judicial-trabalhista	Responsabilização subsidiária da Contratante na esfera judicial por questões trabalhistas/previdenciárias.	Exigir a apresentação de Garantia Contratual. Realizar retenções e glosas de créditos da Contratada durante a vigência contratual.	Contratada
16	Orçamento Público	Insuficiência de disponibilidade orçamentária	Aditivo Contratual - para adequação do ritmo de obras à disponibilidade orçamentária e cronograma. Suspensão do Contrato.	Contratante
17	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos sem funcionar ou com defeitos técnicos	Requerer a mobilização de recursos para fazer frente aos riscos verificados (a Contratada será responsável pela solução final adotada).	Contratada
18	Máquinas e Equipamentos	Furto de máquinas e equipamentos	Requerer a mobilização de recursos para fazer frente aos riscos verificados (a Contratada será responsável pela solução final adotada).	Contratada
19	Execução das adutoras	Ocorrência de interferências, geológicas ou não, não previstas em projeto	Remuneração do risco, Seguro	Contratada
20	Execução das adutoras	Variação na distância de bota-fora durante a escavação	A contratada deverá avaliar previamente se os locais previstos em projeto são adequados e suficientes à execução do contrato	Contratada

Para os itens 19 e 20, onde se lê “das adutoras”, leia-se “dos drenos”.

---

**ANEXO VII: ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**  
**(FORNECIDO EM ARQUIVO DIGITAL SEPARADO)**

**ANEXO VIII: MANUAL DE USO DA MARCA DO GOVERNO  
(FORNECIDO EM ARQUIVO DIGITAL SEPARADO)**